

**HABEAS CORPUS Nº 564.492 - MG (2020/0052708-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE** : TEREZINHA ALVES DOS SANTOS  
**ADVOGADO** : TEREZINHA ALVES DOS SANTOS - MG040177  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**PACIENTE** : DEYVISSON DAVID DE LIMA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de DEYVISSON DAVID DE LIMA apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Narra a impetrante que o paciente foi condenado, por tráfico de drogas e associação para o tráfico (arts. 33 e 35, c/c o art. 40, VI, da Lei n. 11.343/2006) e porte ilegal de arma de fogo (art. 12 da Lei n. 10.826/2003), à pena de 12 anos, 7 meses e 29 dias de reclusão, em regime fechado, ocasião em que foi mantida sua prisão preventiva.

Segundo a acusação, o réu foi apreendido com aproximadamente **178g (cento e setenta e oito gramas) de cocaína e 16g (dezesesseis gramas) de maconha** (e-STJ fls. 11/12).

Afirma a defesa que apelou da sentença, tendo o Tribunal de origem dado provimento ao recurso para reduzir a pena para 9 anos e 11 meses de reclusão e 1 ano de detenção (e-STJ fls. 3/4).

No presente *writ*, alega a impetrante, em síntese, excesso de prazo para o processamento do recurso especial interposto.

Sustenta que *"não existe qualquer explicação plausível para que o Paciente seja mantido preso, enquanto aguarda-se o julgamento do Recurso Especial, já estando preso por longos 706 dias; não há como perder de vista que o Impetrante é PRIMÁRIO portador de BONS ANTECEDENTES, portanto, a concessão da Liminar na Ordem de Habeas Corpus é medida que se impõe, para que o Impetrante aguarde em liberdade o julgamento do Recurso Especial interposto, para que o mesmo responda pela droga encontrada em seu estabelecimento comercial"* (e-STJ fl. 8).

Busca, inclusive liminarmente, seja concedido ao paciente o direito de aguardar em liberdade o julgamento do recurso especial interposto.

O pedido liminar foi indeferido (e-STJ fls. 131/132).

Informações prestadas.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não conhecimento do *writ* (e-STJ fls. 198/212).

É o relatório.

Insta consignar, por necessário, que a aferição da existência do excesso de prazo impõe a observância ao preceito inserto no art. 5º, LXXVIII, da Constituição Federal, que assim dispõe:

*A todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.*

Não obstante, a aferição da violação à garantia constitucional acima referida não se realiza de forma puramente matemática. Reclama, ao contrário, um juízo de razoabilidade, no qual devem ser sopesados não só o tempo da prisão provisória mas também as peculiaridades da causa, sua complexidade, bem como quaisquer fatores que possam influir na tramitação da ação penal.

Cumpre esclarecer que o réu está custodiado desde 30/3/2018, e a defesa alega que não há previsão para o julgamento do recurso especial interposto.

No caso, o paciente foi condenado em 6/9/2018, por tráfico de drogas e associação para o tráfico (arts. 33 e 35, c/c o art. 40, VI, da Lei n. 11.343/2006) e porte ilegal de arma de fogo (art. 12 da Lei n. 10.826/2003), à pena de 12 anos, 7 meses e 29 dias de reclusão, em regime fechado, ocasião em que foi mantida sua prisão preventiva (e-STJ fl. 102).

Interposta apelação, o recurso foi parcialmente provido em 15/10/2019 para reduzir a pena para 9 anos e 11 meses de reclusão, mantida no mais a sentença (e-STJ fls. 185 e 187).

Desse modo, considerados os dados acima referidos, não há falar-se em

excesso de prazo, pois o processo vem tendo regular andamento; em 2 anos o paciente teve sentença e apelação julgadas, o que não se mostra desarrazoado, mormente consideradas as circunstâncias do feito, com 4 réus e diversidade de delitos imputados.

Sobre o tema, cumpre ressaltar que esta Corte tem reiterada jurisprudência de que a análise do excesso de prazo para o julgamento dos recursos contra a condenação deve levar em consideração o *quantum* de pena aplicada na sentença condenatória.

Na presente hipótese, o paciente está submetido atualmente a uma pena total somada de 9 anos e 11 meses de reclusão. Está dentro dos limites da razoabilidade, portanto.

Neste sentido:

*HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. EXCESSO DE PRAZO PARA O JULGAMENTO DA APELAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. RAZOABILIDADE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. ORDEM DENEGADA.*

*1. A aferição do excesso de prazo reclama a observância da garantia da duração razoável do processo, prevista no art. 5º, LXXVIII, da Constituição Federal. Tal verificação, contudo, não se realiza de forma puramente matemática. Reclama, ao contrário, um juízo de razoabilidade, no qual devem ser sopesadas as particularidades da causa.*

*2. Na espécie, não se constata o alegado constrangimento ilegal, pois o decurso de aproximadamente 8 meses desde o registro e autuação do recurso no Tribunal de origem (recebimento da irrisignação pela segunda instância em 28/7/2016) sem o seu julgamento não extrapola os limites da razoabilidade e está justificado na complexidade do feito, pois só a sentença apelada conta com mais de 60 folhas, sendo que, consoante se extrai dos autos e do andamento processual constante do endereço eletrônico do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul, todos os 5 réus recorreram e o Ministério Público já ofertou, em 6/12/2016, parecer, indo os autos à conclusão nessa mesma data. Ademais, é cediço que eventual excesso de prazo no julgamento da apelação deve ser aferido confrontando a quantidade de pena imposta na sentença condenatória, a qual, no caso, foi de 12 anos e 8 meses de reclusão, pela prática dos crimes de tráfico de drogas e associação para o tráfico, o que reforça a conclusão de que não há, na hipótese, desídia a ser atribuída ao órgão jurisdicional.*

*3. Ordem denegada. (HC 374.706/MS, de minha relatoria, SEXTA TURMA, julgado em 06/04/2017, DJe 20/04/2017.)*

*HABEAS CORPUS. LATROCÍNIO. PACIENTE CONDENADO À*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*PENA TOTAL DE 25 ANOS E 8 MESES DE RECLUSÃO. REGIME FECHADO. EXCESSO DE PRAZO PARA O JULGAMENTO DA APELAÇÃO CRIMINAL. INOCORRÊNCIA. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. COMPLEXIDADE DO FEITO. DIVERSOS APELANTES. ORDEM DENEGADA.*

*1. O excesso de prazo para o julgamento da apelação não pode ser medido apenas em razão do tempo decorrido para o julgamento do recurso, devendo ser apreciado, também, a partir do princípio da razoabilidade e da proporcionalidade, tendo em vista a complexidade da causa em julgamento.*

*2. Eventual excesso de prazo no julgamento da apelação deve ser aferido em face da quantidade de pena imposta na sentença condenatória (HC n. 234.713/CE, Relator Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Quinta Turma, julgado em 12/6/2012, DJe 28/6/2012).*

*3. Considerando que a pena total a que foi condenado o paciente é de 25 anos e 8 meses de reclusão, bem como a complexidade da causa, que conta com 4 (quatro) réus, alguns foragidos, com defensores diversos, inexistente flagrante excesso de prazo no julgamento dos recursos, pois não demonstrado que, em razão da demora no julgamento das apelações, o paciente encontra-se impedido de usufruir de benefícios relativos à execução da pena, que já foi iniciada, tendo sido expedida a competente guia de execução provisória.*

*4. Ordem denegada. (HC 389.662/MG, relator Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 16/05/2017, DJe 22/05/2017.)*

Ante o exposto, acolho o parecer ministerial e **denego a ordem**.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator